

# Lacunas dificultam a votação

A Comissão Mista do Orçamento apresentou um substitutivo bastante inovador à mensagem do Executivo que fixa a receita e a despesa da União para o exercício de 1991. O texto aprovado pelos membros da comissão não especifica os valores totais de receita e despesa. Nenhuma das rubricas do orçamento da União teve o seu valor fixado. O substitutivo foi votado em branco, na sexta-feira à noite, com uma observação na última página: "Os valores serão preenchidos por ocasião da consolidação final das emendas", o que só ocorrerá no meio desta semana.

Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Congresso só pode entrar em recesso, no dia 15 de dezembro de cada ano, após votar a proposta orçamentária relativa ao ano subsequente. Como o 15 de dezembro, este ano, caiu num sábado, o Congresso tem até hoje para votar o orçamento de 1991, sem a necessidade de uma convocação. Hoje haverá uma nova sessão, às 14h, mas dificilmente haverá quorum.

"O PT se recusou a aprovar o relatório da Comissão Mista de Orçamento, pois ele estava em branco. Todo o processo de elaboração do orçamento deve ser revisto", disse o deputado Eduardo Jorge (PT/SP), vice-líder do partido. O relator, deputado João Alves (PFL/BA), não se preocupa com o fato de o substitutivo não especificar os valores. "Trata-se de uma ocorrência normal na elaboração de orçamentos de outros países, como a Alemanha, Itália, França", acrescentou.

Ontem à tarde, embora o Con-

gresso estivesse fechado, os deputados Eduardo Jorge, Gumerindo Milhomem (PT/SP), João Paulo (PT/MG) e Uldurico Pinto (PSB/BA) discutiram a questão do orçamento, principalmente a redistribuição de um montante de Cr\$ 752 bilhões. O vice-líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), alegou que o PT não podia apresentar em plenário, após o encerramento dos trabalhos na comissão, proposta de alteração do orçamento. "Como o PT estava em condições de formular uma emenda no âmbito da comissão, se o próprio substitutivo do relator foi aprovado em branco"? Retrucou Eduardo Jorge.

Para Eduardo Jorge, "tem que mudar tudo: o Governo tem de enviar a sua proposta para o Congresso mais cedo e o Legislativo tem de dispor de mecanismos que permitam uma efetiva aplicação do orçamento", salientou. Em parte, ele tem razão. A mensagem do orçamento chegou ao Congresso, este ano, dentro do prazo legal, mas os parlamentares estavam em campanha, gozando o chamado "recesso branco".

A questão das mensalidades escolares continua pendente, com o fim da validade da medida provisória que fixava a livre negociação entre donos de estabelecimentos escolares e os pais dos alunos. O Congresso também não votou o projeto de conversão sobre a matéria, de autoria do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB/RS), que retorna ao País somente na quarta-feira de uma viagem à Antártida. (AE)